

ALÉM DOS OBSTÁCULOS: INCLUSÃO, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

BEYOND OBSTACLES: INCLUSION, INTELLECTUAL DISABILITY AND SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE – AEE

MÁS ALLÁ DE LOS OBSTÁCULOS: INCLUSIÓN, DISCAPACIDAD INTELECTUAL Y ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA - AEE

Claudina Santos de Lima¹

Débora Araújo Leal²

RESUMO: Este trabalho objetiva fazer um panorama histórico da Educação Especial com foco no Atendimento Educacional Especializado – AEE, principalmente dos alunos com deficiência intelectual em uma escola pública da Bahia. Ao longo da história as pessoas com deficiência, passaram por várias fases como: extermínio, segregação, integração, exclusão, e após anos de luta, adentram no processo árduo da inclusão. Apesar de terem direitos garantidos por leis e decretos, na maioria das vezes a teoria e a prática não coadunam no processo inclusivo. Outrora a Educação Especial tinha caráter suplementar ao ensino comum por meio do atendimento educacional especializado realizado em instituições ou classes especiais, fator que contribui para a exclusão dessas pessoas. Com o advento da inclusão, esse atendimento passou a ser ofertado nas escolas regulares, assim como a escolarização dessas pessoas. Foi trabalhado com metodologia da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e de campo, traçou-se, um panorama da educação especial e inclusão para melhor compreensão do processo inclusivo dos alunos com deficiência seguindo as etapas desenvolvidas na efetivação da temática. Nota-se que a inclusão traz um olhar para a mudança de nossas ações enquanto educador (a), pois precisamos transformar a realidade da escola e trabalharmos com a diferença, a com oportunidade para todos.

230

Palavra-chave: Atendimento Educacional Especializado Deficiência Intelectual - Educação Especial – Inclusão.

ABSTRACT: The aim of this paper is to provide a historical overview of Special Education with a focus on Specialized Educational Assistance (AEE), especially for students with intellectual disabilities in a public school in Bahia. Throughout history, people with disabilities have gone through various phases such as extermination, segregation, integration, exclusion, and after years of struggle, they have entered the arduous process of inclusion. Despite having rights guaranteed by laws and decrees, most of the time theory and practice don't match up in the inclusive process. In the past, special education was supplementary to ordinary education through specialized educational care provided in special institutions or classes, a factor that contributed to the exclusion of these people. With the advent of inclusion, this service began to be offered in regular schools, as well as the schooling of these people. A qualitative bibliographic and field research methodology was used to draw up an overview of special education and

¹Mestra em Ciências da Educação. Professora da Rede Municipal de Ensino de Jaguaquara – BA.

²Pós - Doutora pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR-AR. Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA.

inclusion in order to gain a better understanding of the inclusive process for students with disabilities, following the stages developed in implementing the theme. It can be seen that inclusion brings about a change in our actions as educators, as we need to transform the reality of the school and work with difference, with opportunity for all.

Keywords: Specialized Educational Assistance - Intellectual Disability - Special Education - Inclusion.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es proporcionar una visión histórica de la Educación Especial con especial atención a la Asistencia Educativa Especializada (AEE), especialmente para los estudiantes con discapacidad intelectual en una escuela pública de Bahía. A lo largo de la historia, las personas con discapacidad han pasado por diversas fases como el exterminio, la segregación, la integración, la exclusión y, tras años de lucha, han entrado en el arduo proceso de la inclusión. A pesar de tener derechos garantizados por leyes y decretos, la mayoría de las veces la teoría y la práctica no coinciden en el proceso de inclusión. En el pasado, la educación especial era complementaria a la ordinaria a través de una atención educativa especializada prestada en instituciones o aulas especiales, un factor que contribuía a la exclusión de estas personas. Con la llegada de la inclusión, este servicio comenzó a ofrecerse en las escuelas ordinarias, así como la escolarización de estas personas. Se utilizó una metodología cualitativa de investigación bibliográfica y de campo para trazar un panorama de la educación especial y la inclusión, con el fin de comprender mejor el proceso inclusivo de los alumnos con discapacidad, siguiendo las etapas desarrolladas en la realización del tema. Se puede observar que la inclusión trae un cambio en nuestras acciones como educadores, ya que necesitamos transformar la realidad de la escuela y trabajar con la diferencia, con oportunidad para todos.

Palabras-clave: Asistencia Educativa Especializada - Discapacidad Intelectual - Educación Especial - Inclusión.

INTRODUÇÃO

A história da Educação Especial é caracterizada pelo Atendimento Educacional Especializado em substituição ao ensino comum, fator que evidenciou a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Atualmente a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa toda a Educação Básica, não se enquadra como nível de ensino e nem substitui a escolarização. Os alunos de que trata essa modalidade, devem estar regularmente matriculados e frequentando o ensino comum, e recebendo uma complementação da escolarização nos Atendimentos Educacionais Especializados – AEE, ofertado no turno contrário ao da sala regular. (ANJOS, 2021)

Políticas públicas no âmbito educacional têm sido discutidas e implementadas para que a escola se torne inclusiva. Mesmo que os preceitos constitucionais nos apontem para uma visão de sociedade justa e igualitária, sem qualquer discriminação, o ambiente escolar ainda não é totalmente inclusivo.

A Educação inclusiva é regulada por várias normas, e em nosso país está fundamentada na Carta Magna, ou seja, na Constituição Federal de 1988, que define em seu artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, garante como dever do Estado, a oferta do Atendimento Educacional Especializado, ocorrendo de preferência, na rede regular de ensino.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos com suas limitações, mas com direito de participar ativamente do processo escolar, conforme, suas capacidades, sem que nenhuma delas possa motivar uma diferenciação que os excluirá das suas turmas.

Portanto busca-se mostrar como ocorre a inclusão principalmente dos alunos com deficiência intelectual em uma escola pública da Bahia, com foco no Atendimento Educacional Especializado – AEE, comparando a forma como acontece tanto no ensino presencial quanto no remoto.

Segundo Gotti (1998),

Desde que os primeiros homens surgiram na face da terra, tem persistido o processo que Darwin denominou de seleção natural sobrevivência do mais dotado, em que apenas os mais fortes e mais capazes de lidar de modo eficiente com o meio ambiente sobrevivem, enquanto os que são mais fracos, menos dotados e menos eficientes (deficientes) perecem.

232

Trabalhar com pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial constitui verdadeiro desafio que, a cada passo conquistado, mostra outros tantos a serem alcançados.

Entretanto, é direito dos alunos público-alvo da educação especial e dever do estado disponibilizar recursos e materiais necessários para atender as necessidades específicas desses alunos para que estes possam ter acesso e permanência com igualdade de condições na escola. (APPENZELLER et al., 2020).

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL / INCLUSIVA

O movimento mundial prol educação inclusiva é uma ação política, cultural social e pedagógica, que eclodiu em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação. A educação inclusiva constitui uma ruptura de paradigmas que outrora sustentavam o conservadorismo das escolas culminando na exclusão.

A história da Educação Especial é caracterizada pelo Atendimento Educacional Especializado em substituição ao ensino comum, fator que evidenciou a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. A partir das disposições da Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional-LDBEN, Lei nº 4.024/61, o direito dos “excepcionais” a educação passa a ser determinado de forma preferencial dentro do sistema geral de ensino.

Com a criação da lei nº 5.692/71, houve alteração da LDBEN de 1961 que definia para os alunos com deficiência físicas e mentais em atraso quanto à idade regular de matrícula um tratamento especial, acabou reforçando o encaminhamento desses alunos para as escolas e classes especiais, não promovendo uma organização educacional com condições de atender as necessidades especiais das pessoas com deficiência.

A partir da Constituição Federal de 1988 que define em seu artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, garante como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (artigo 208). Entretanto, a Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994 orienta sobre o processo “de integração instrucional”, condicionando o acesso às classes comuns da escola regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais.

Dessa forma, observamos que essa Política não se configurou em uma reformulação das práticas educacionais, valorizando as potencialidades de cada um, mas sim sustentando e mantendo a responsabilidade da educação desses alunos às instituições especializadas. (MANTOAN, 2013)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específica para atender às suas necessidades.

De acordo com pesquisa realizada observamos que no decorrer do tempo diversas iniciativas legais vêm garantindo o direito de inclusão escolar aos alunos com deficiência. Porém, somente a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, é que verificamos a substituição do termo “preferencialmente” pelo “obrigatório”, determinando o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e, estabelece orientações aos sistemas de ensino para promover a inclusão escolar através do atendimento educacional especializado.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental e pesquisa de campo através de formulários e entrevistas. O tema da pesquisa evidencia a influência da afetividade na aprendizagem de estudantes com deficiência e o processo de inclusão numa escola pública da Bahia. Nesse contexto, compreende-se a problemática da inclusão face a aprendizagem dos discentes que se faz necessário no novo cenário educacional, a partir de elementos que objetivam alcançar resultados claramente definidos, dedicando especial atenção a vertente educativa no trabalho inclusivo. (GIL, 2017)

Esta pesquisa considerou a fala contextualizada envolvendo os entrevistados em consonância com a interpretação do entrevistador, sobre as relações de trabalho escolar frente ao processo de inclusão com discentes deficientes ou com necessidades especiais do AEE. Para Minayo (2010, p. 21-22): a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Anjos (2001), a escola se torna inclusiva ao reconhecer as diferenças dos alunos diante do processo educativo buscando a participação e progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Essas práticas vão além da escola e da sala de aula.

Appenzeller (2010, p. 10) destaca que um ensino de qualidade envolve professores, gestores, especialistas, pais, alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional, girando em torno de uma proposta comum a todas as escolas e, ao mesmo tempo, construída para cada uma delas, conforme suas peculiaridades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos. Recursos e organização específica para atender às suas necessidades.

De acordo com pesquisa realizada observa-se que no decorrer do tempo diversas iniciativas legais vêm garantindo o direito de inclusão escolar aos alunos com deficiência. Porém, somente a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, é que se observa a substituição do termo “preferencialmente” pelo “obrigatório”,

determinando o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e, estabelece orientações aos sistemas de ensino para promover a inclusão escolar por meio do atendimento educacional especializado.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, em seu Art. 1º- cita que a União dará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de ampliar a oferta do AEE, aos alunos público-alvo da Educação Especial (EE). Ainda neste mesmo Decreto, constam as diretrizes para a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), local onde deverá acontecer o atendimento desses alunos.

Na escola também há normas e instrumentais para efetivação do trabalho e o instrumento por excelência para melhor desenvolver o plano de trabalho eleito e definido pelo coletivo escolar é o Projeto Político Pedagógico – PPP, o qual deve refletir a singularidade do grupo que o produziu, bem como suas escolhas e especificidades. A organização do Atendimento Educacional Especializado – AEE não pode ser somente um acréscimo na vida escolar ou da competência do professor que atua nele, mas deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

235

O tema Educação Especial no Brasil ainda é bastante delicado de se dialogar, principalmente quando se trata de inclusão escolar. As discussões são inúmeras e perpassam pela legislação, teorias e práticas, além dos debates e perspectivas que giram em torno do processo de incluir alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular.

No que refere às relações de inclusão de pessoas com necessidades especiais, deve acontecer de forma adequada em todos os segmentos da sociedade, e em especial no ambiente Educacional. Neste sentido, é dever da sociedade e da escola promover as condições necessárias para que com deficiência tenham condições de se desenvolverem individualmente de forma plena.

Analisamos o processo de inclusão com foco no Atendimento Educacional Especializado – AEE, de pessoas com deficiência intelectual, mostrando a forma como ocorre esse atendimento tanto no ensino presencial, quanto no ensino remoto. Para melhor compreensão do tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os marcos legais da EE na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Os recursos pedagógicos e tecnológicos utilizados no AEE juntamente com os profissionais da educação e também articulados ao trabalho realizado pelo professor da sala de aula, possibilitam, em alguns casos, planejar e desenvolver atividades para serem enviadas aos estudantes da educação especial, proporcionando um aprendizado significativo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. O atendimento educacional especializado em salas de recursos. **Revista fórum identidades**. Itabaiana, ano 5, v. 9, jan.\jun. 2012I.

APPENZELLER, Simone at al. Novos Tempos, Novos Desafios: Estratégias para Equidade de Acesso ao Ensino Remoto Emergencial. **Rev. Bras. Educ. Med.** [online]. 2020, vol.44, suppl.1, e 155. Epub 24-Set-2020. ISSN 1981-5271. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200420>. Acesso em: 20 out. 2021.

ARANHA, M. S. F. A integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Mesa redonda; a questão da integração do deficiente. **XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto**. SP, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto Federal n. 7611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 de novembro de 2011. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. reimpr. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GOTTI, Marlene. **Integração e Inclusão: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**. Londrina, UEL, 1998.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2010.